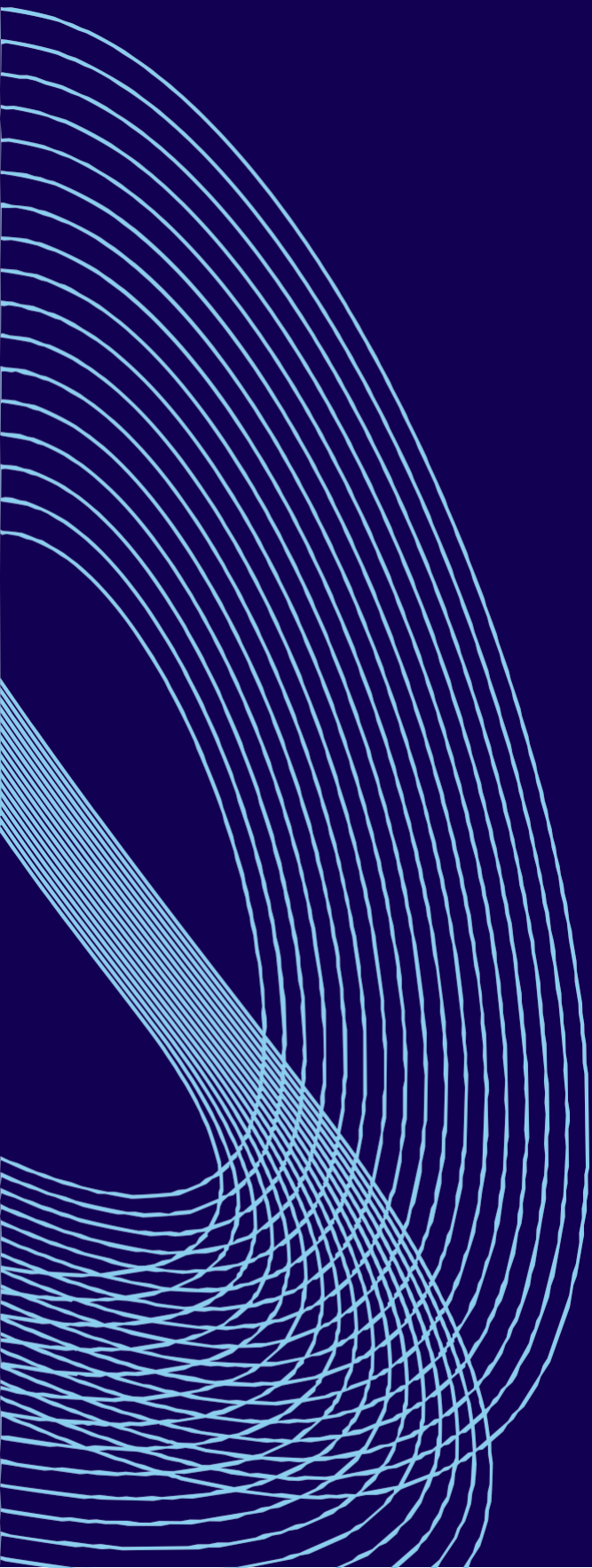


PLANO DE AÇÃO 2026

PROCURADORIA
JURÍDICA



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Welliton Marques de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretoria de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretoria de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretoria de Proteção Social dos Militares

Cel. Sérgio Túlio Gonçalves Estácio

Belém – Pará

2026

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Núcleo de Planejamento
Tania Suelly Corrêa
Ellen Claudine Cardoso Castro
Silva Caroline Maciel de Oliveira Brito
Vinicius Wanis Santos Correa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 Procuradoria Jurídica – Projur.....	6
2 Coordenadoria do Contencioso – CCON	7
3 Coordenadoria do Consultivo – CCOS	8
4 Coordenadoria de Execução - CEXEC	10
5 Recuperação de Crédito	11

APRESENTAÇÃO

O alcance dos resultados almejados por uma organização, aliado ao aprimoramento da gestão e ao fortalecimento da governança, está intrinsecamente relacionado a um processo estruturado de planejamento, ao estabelecimento de objetivos e metas estratégicas e ao seu acompanhamento sistemático, com vistas à implementação, avaliação e aperfeiçoamento contínuo das ações em cada exercício.

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) objetiva assegurar a efetiva concretização do direito à previdência dos servidores públicos estaduais e a cobertura dos riscos sociais da categoria militar estadual, de forma sustentável, eficiente e transparente, bem como consolidar-se como referência nacional na gestão de Regime Próprio de Previdência Social.

Nesse contexto, o Plano de Ação Anual – PAA configura-se como instrumento formal de desdobramento, aprimoramento e monitoramento contínuo do Planejamento Estratégico do IGEPPS, uma vez que operacionaliza, em bases anuais, as diretrizes estratégicas previamente definidas. É por meio do PAA que são elencadas as ações setoriais a serem implementadas ou aperfeiçoadas a cada ano, com a definição de objetivos, metas, responsáveis e periodicidade, possibilitando a tradução da estratégia institucional em iniciativas concretas e mensuráveis.

Dessa forma, o PAA permite orientar de maneira mais precisa a atuação de cada diretoria, bem como de suas respectivas coordenadorias e gerências, além de propiciar uma visão sistêmica dos resultados alcançados, subsidiando a avaliação de desempenho, a correção de rumos e o aperfeiçoamento contínuo da gestão institucional.

Essa ferramenta assegura, ainda, o alinhamento às diretrizes da administração pública estadual, a identificação e mitigação prévia de eventuais obstáculos ou impedimentos à execução das ações, bem como a melhoria da performance institucional, considerando as condições internas de viabilidade do IGEPPS e os fatores externos que podem influenciar a execução das atividades planejadas e, por conseguinte, a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do regime e aos usuários em geral.

Apresentam-se, a seguir, os objetivos estratégicos a serem alcançados no exercício corrente, cujas atividades serão acompanhadas e monitoradas periodicamente pelo Núcleo de Planejamento (Nuplan), com o propósito de avaliar a execução e a efetividade do Plano de Ação Anual, tanto em sua dimensão global quanto no detalhamento por diretoria e setor, contribuindo para o alcance dos resultados estratégicos e para o fortalecimento do ciclo contínuo de planejamento, monitoramento e aprimoramento da gestão do IGEPPS.

1 Procuradoria Jurídica – Projur

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços jurídicos	Aumentar a produtividade e reduzir o tempo de resposta Promover a transparência nos atos jurídicos	A celeridade na análise e emissão de manifestações jurídicas é essencial para garantir a efetividade administrativa e evitar prejuízos decorrentes de atrasos	Mapear e padronizar fluxos de trabalho, definir prazos internos e implementar modelos padronizados de peças jurídicas	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
	Otimizar a qualidade técnica das manifestações jurídicas	A transparência fortalece o controle interno e externo, amplia a segurança jurídica e promove a confiança institucional	Criar repositório digital de pareceres e manifestações, com classificação temática e padronização da fundamentação	05/01/2026	
				31/12/2026	
	Aumentar a produtividade e reduzir o tempo de resposta Promover a transparência nos atos jurídicos	A qualidade técnica reduz retrabalho, minimiza riscos jurídicos e aumenta a assertividade das decisões	Realizar capacitações periódicas	05/01/2026	
				31/12/2026	
	Otimizar a qualidade técnica das manifestações jurídicas	A falta de controle adequado pode gerar acúmulo de demandas, perda de prazos e baixa eficiência operacional	Utilização de sistema de controle de processos com acompanhamento em tempo real e distribuição equilibrada das demandas	05/01/2026	
				31/12/2026	

2 Coordenadoria do Contencioso – CCON

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Estruturar a demonstração de resultados procedimentos administrativos	Elaborar 04 (quatro) relatórios de produtividade e organização das peças jurídicas catalogadas, em 2026.	Atribuir transparência e controle dos resultados alcançados.	Aperfeiçoar o relatório de produtividade seguindo o padrão instituído.	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
Estabelecer a intercambialidade entre IGEPPS e outros órgãos do Estado relacionados aos processos da PROJUR	Atualizar 01 (um) fluxo do Consultivo/IGEPPS e PGE.	Atribuir segurança e controle de produção das peças jurídicas	Realizar o gerenciamento do sistema eleito (ferramenta FTP/PGE)	05/01/2026	
				31/12/2026	
Reestruturar e Aperfeiçoar a atividade de recuperação de créditos	Analisar 100% dos processos de recuperação de crédito	Prevenir as perdas de valores e manter o equilíbrio financeiro do Fundo Previdenciário	Conclusão de análise dos processos de recuperação de crédito	05/01/2026	
				31/12/2026	
	Alcançar 50% de acordos nos processos analisados como aptos a cobrança a partir de 2026		Acordos Realizados	05/01/2026	
				31/12/2026	

3 Coordenadoria do Consultivo – CCOS

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Estruturar a demonstração de resultados procedimentos administrativos	Elaborar 04 (quatro) relatórios de produtividade em 2026. Atualizar o fluxo do Consultivo/IGEPPS e PGE desenvolvido em 2025.	Atribuir transparência e controle dos resultados alcançados. Atribuir segurança e controle de produção das peças jurídicas.	Aperfeiçoar o relatório de produtividade seguindo o padrão instituído. Realizar o gerenciamento do sistema eleito (ferramenta FTP/PGE)	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
Estabelecer a intercambialidade entre IGEPPS e outros órgãos do Estado relacionados aos processos da PROJUR	Reestruturar e padronizar 100% da rede interna do Consultivo. Elaborar 04 (quatro) relatórios de produtividade em 2026.	Garantir maior eficiência na localização de documentos, segurança informacional, padronização técnica das manifestações e fortalecimento da memória institucional Atribuir transparência e controle dos resultados alcançados.	Implementar a reorganização da rede interna do Setor Consultivo da PROJUR, mediante instituição de sistema de controle de versões dos documentos, estruturação dos arquivos por ano de produção e por matéria analisada, bem como consolidação e atualização dos modelos oficiais das peças jurídicas. Aperfeiçoar o relatório de produtividade seguindo o padrão instituído.	05/01/2026	
				31/12/2026	

<p>Aprimorar a gestão da informação e a organização interna do Consultivo</p>	<p>Atualizar o fluxo do Consultivo/IGEPPS e PGE desenvolvido em 2025.</p>	<p>Atribuir segurança e controle de produção das peças jurídicas.</p>	<p>Realizar o gerenciamento do sistema eleito (ferramenta FTP/PGE)</p>	<p>05/01/2026</p>	
				<p>31/12/2026</p>	

4 Coordenadoria de Execução - CEEXEC

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços prestados de modo transparente	Elaborar cálculo de 100% dos processos judiciais que ingressarem no subsetor de impugnação		Distribuir de forma isonômica os processos judiciais entre os técnicos calculistas, de modo a evitar sobrecarga de trabalho, síndrome de burnout e, conseqüentemente, prejuízos financeiros ao IGEPPS	08/01/2025	Anual
			Trabalhar com metas de produtividade, visando alcançar melhores resultados ao Instituto, sem prejuízo da saúde física-mental dos servidores	30/12/2025	
	Realizar o Cálculo e a atualização monetária de 100% das requisições de pequeno valor (RPV"s) que ingressarem no subsetor do RPV		08/01/2025	Anual	
			Realizar reuniões semanais, com o objetivo de alinhar o corpo técnico às demandas do setor, visando sempre a eficiência das funções realizadas e a entrega de resultados à população		30/12/2025
	Gerenciar, calcular e atualizar monetariamente 100% dos precatórios Judiciais que ingressarem no subsetor do precatório			08/01/2025	Anual
				Desenvolver e implantar o módulo de precatório no SISCALC	

5 Recuperação de Crédito

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Recuperar os valores do fundo previdenciário que foram pagos/sacados indevidamente	Realizar 1 mutirão de conciliação	Promover acordos e reduzir a judicialização das cobranças, visando a regularização voluntária dos débito.	Submeter uma estimativa de 300 processos para envio de cartas de cobrança aos devedores.	03/01/2026	Anual
				30/12/2026	
	Implementar o sistema Executa.aí	Sistema de análise processual com uso da inteligência artificial, como ferramenta de apoio a cobrança administrativa e judicial.	Repassando as regras de negócio a empresa Vibe e a realização de testes.	03/01/2026	Anual
				30/12/2026	
	Elaborar resolução interna	Elaborar resolução interna estabelecendo procedimentos, competências e fluxos para a cobrança administrativa e encaminhamento para execução judicial	Submeter a minuta ao Procurador Chefe.	06/01/2026	Anual
				30/12/2026	